

**SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLECTIVOS DO PORTO**  
**STCP, S.A.**

RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS

1º SEMESTRE 2015

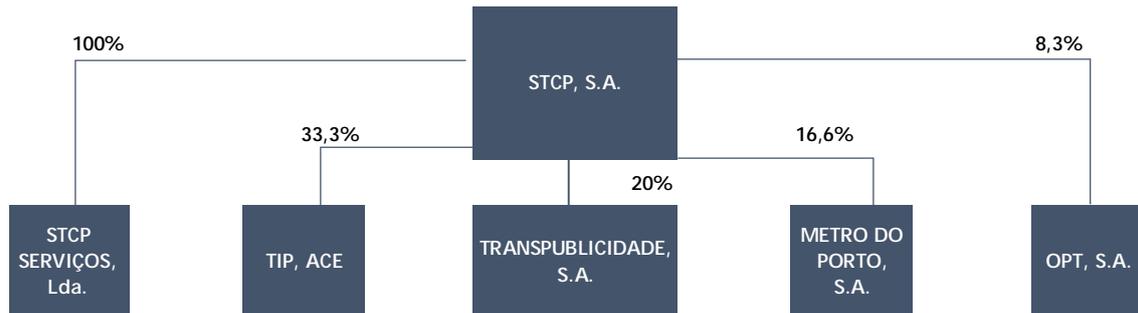
# Índice

<b>1</b>	<b>Relatório de Gestão.....</b>	<b>3</b>
1.1	<b><i>CARACTERIZAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES SOCIAIS.....</i></b>	<b>3</b>
1.2	<b><i>EVOLUÇÃO DO NEGÓCIO</i></b>	<b>5</b>
1.2.1	<i>Principais acontecimentos.....</i>	5
1.2.2	<i>Evolução da atividade.....</i>	6
1.2.3	<i>Identificação dos principais riscos do grupo.....</i>	6
1.2.4	<i>Perspetivas para o exercício.....</i>	7
1.3	<b><i>MODELO DE GOVERNO</i></b>	<b>8</b>
1.3.1	<i>Identificação dos Órgãos Sociais.....</i>	8
1.3.2	<i>Estatuto remuneratório.....</i>	9
1.3.3	<i>Atribuições de cada membro do Conselho de Administração.....</i>	12
1.4	<b><i>ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA.....</i></b>	<b>14</b>
1.4.1	<i>Resultados Operacionais.....</i>	14
1.4.2	<i>Resultados Financeiros e Resultados Líquidos.....</i>	15
1.4.3	<i>Evolução Patrimonial.....</i>	16
<b>2</b>	<b>Demonstrações Financeiras Consolidadas .....</b>	<b>17</b>
<b>3</b>	<b>Declaração de Conformidade .....</b>	<b>37</b>

# 1 Relatório de Gestão

## 1.1 Caracterização das participações sociais

A STCP, S.A. tem as seguintes participações sociais:



A atividade de cada uma das empresas participadas é apresentada resumidamente no quadro seguinte:

Designação Social	Capital social (10 <sup>3</sup> €)	Participação detida pela STCP, S.A.		Atividade
		valor (10 <sup>3</sup> €)	%	
<b>Subsidiárias</b>				
<b>STCP Serviços – Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal Lda.</b>	100	100	100%	Atividades de operador turístico e transporte terrestres, urbanos e suburbanos, de passageiros.
<b>Associadas</b>				
<b>TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE</b>	30	10	33,30%	Gestão de bilhética de transportes.
<b>Transpublicidade – Publicidade em Transportes, S.A.</b>	200	40	20%	Exploração de toda e qualquer publicidade em veículos e instalações.
<b>Outras participadas</b>				
<b>Metro do Porto, S.A.</b>	7.500	1.245	16,60%	Transporte urbano e local por metropolitano.
<b>OPT - Optimização e Planeamento de Transportes, SA</b>	300	25	8,33%	Desenvolvimento de projetos de I&D na área dos transportes coletivos, desenvolvendo soluções informáticas avançadas para a gestão e otimização de sistemas de transportes.

A Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A (STCP, S.A.) detém 100% da participação da STCP Serviços, sendo assim a única entidade que participa na gestão desta empresa.

A atividade do grupo STCP está consubstanciada na STCP, S.A., pois a STCP Serviços cessou a atividade operacional no primeiro trimestre de 2012.

### **Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A. (STCP, S.A.)**

A Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A. é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, Decreto-Lei nº 202/94, de 23 de julho, cujo objeto principal é a exploração do transporte público rodoviário coletivo de passageiros na Área Metropolitana do Porto (AMP) e acessoriamente a exploração de atividades complementares ou subsidiárias daquele objeto.

O Estado Português é o acionista único da STCP, sendo a função acionista exercida pelo membro do Governo responsável pela área das finanças, em articulação com o membro do Governo responsável setorial, ou seja, o Ministério das Finanças em articulação com o Ministério da Economia.

Na STCP o modelo de governo monista latino é composto por um Conselho de Administração e dois órgãos de fiscalização, o Conselho Fiscal e uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas - SROC.

A STCP, como principal operador de serviço público da AMP, de uma forma socialmente responsável, colabora ativamente para o desenvolvimento sustentável da região e das populações que serve.

### **STCP Serviços ...Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal Lda. (STCP, Serviços)**

Empresa detida a 100% pela STCP, SA. Em 2008 alterou o seu objeto social para poder operar, gerir, e explorar o transporte público em autocarro ou carro elétrico, organizar e vender viagens e outros produtos turísticos.

Foi decidido, na reunião do Conselho de Administração a 22 de dezembro de 2011, ata 55/2011 ponto 6.2.2, a cessação da atividade operacional com efeito a 29 de fevereiro de 2012.

## 1.2 Evolução do Negócio

### 1.2.1 Principais acontecimentos

Data	Evento
16-jan	Aprovação em reunião do Conselho de Administração do relatório final de avaliação das propostas do Concurso Público para as subconcessões dos sistemas de transporte da Metro do Porto e da STCP, S.A.
02-mar	Alteração de percurso da linha 202, com novo término no Passeio Alegre
06-mar	Cerimónia de homenagem aos trabalhadores que completaram 25 anos de serviço
16-mai	Noite dos Museus: viagem noturna em carro elétrico, animada por atores
23-mai	XXV Desfile de carros elétricos históricos
29-mai	Assembleia Geral Anual da STCP, S.A.
maio e junho	Realização de serviços especiais: Queima das Fitas, NOS Primavera Sound, Serralves em Festa e S. João
09-jun	Publicação, em Diário da República, da Lei nº 52/2015 que aprova o Regime Jurídico do Serviço Público de Transportes de Passageiros
10-jun	Participação do Museu do Carro Eléctrico no programa 'Das tripas Coração' inserido nas comemorações dos 600 anos da epopeia dos descobrimentos, promovido pela Câmara Municipal do Porto
12 e 13-jun	Realização da feira 'Portugal Market' no espaço exterior das instalações do Museu do Carro Eléctrico
17-jun	Comunicação, da Autoridade Metropolitana de Transporte do Porto, de aditamento dos títulos detidos pela STCP, ao abrigo do Regulamento de Transportes em Automóveis, às linhas exploradas ao abrigo da concessão entre o Estado e a STCP, passando a ser regidos pelo mesmo enquadramento contratual
29-jun	Colaboração da STCP na logística da '40th IATM CONFERENCE', realizada pela International Association of Transport and Communications Museums, e na apresentação do tema "Tramcars role in the evolution of Porto City ...a vehicle for pleasure and labor"

## 1.2.2 Evolução da atividade

Evolução dos Principais Indicadores STCP, S.A.					
	unid.	1S2015	1S2014	15-14	15/14
<b>Recursos humanos a 30 junho</b>					
Efetivo total [1]	nº	1.140	1.207	-67	-5,6%
Pessoal tripulante [2]	nº	809	843	-34	-4,0%
Pessoal tripulante	%	71,0%	69,8%	1,1 p.p.	1,6%
<b>Atividade</b>					
Passageiros	10 <sup>3</sup>	35.360	37.932	-2.572	-6,8%
Veículos km	10 <sup>3</sup>	10.513	11.063	-550	-5,0%
<b>Desempenho operacional</b>					
Receita [3]	10 <sup>3</sup> ”	21.356	21.845	-490	-2,2%
Gastos operacionais [4]	10 <sup>3</sup> ”	24.286	25.079	-793	-3,2%
Taxa de cobertura	%	87,9%	87,1%	0,8 p.p.	1,0%
Receita / Passageiro	cênt.”	60,4	57,6	2,8	4,9%
Gasto Operacional / Passageiro	cênt.”	68,7	66,1	2,6	3,9%
Receita / Veículo km	cênt.”	203,1	197,5	5,7	2,9%
Gasto Operacional / Veículo km	cênt.”	231,0	226,7	4,3	1,9%

[1] Sem Órgãos Sociais e trabalhadores requisitados. Inclui cedidos.

[2] Motoristas e Guarda-Freios.

[3] Receita da venda de títulos de transporte. Inclui compensação de tarifário social andante. Valores líquidos de IVA.

[4] Sem depreciações, provisões, reversões, imparidades, variação de justo valor, componente financeira do *leasing* operacional e indemnizações por cessação de contrato de trabalho.

## 1.2.3 Identificação dos principais riscos do grupo

A STCP não possui um sistema global de gestão de riscos, encontrando-se a gestão de riscos implementada na empresa de uma forma transversal, consoante a tipologia de risco, através da sua política de gestão integrada da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde do Trabalho e cabendo a todos os colaboradores a responsabilidade de reduzir os fatores de risco, minimizando o seu impacto e identificando, sempre que possível, oportunidades de melhoria.

A empresa dispõe assim de Planos de Prevenção de Risco específicos, bem como a respetiva contratação de apólices com várias seguradoras, para cobertura de vários riscos operacionais.

Principais riscos estratégicos identificados:

- Aumento do regime concorrencial nas linhas de transporte
- Ineficácia do regime de fiscalização relativamente à exclusividade de exploração do transporte público pela STCP, na cidade do Porto
- Permanência do desequilíbrio económico-financeiro

A gestão de riscos tem como objetivo garantir o crescimento sustentado do negócio e salvaguardar o valor da STCP através da adoção das melhores práticas.

#### 1.2.4 Perspetivas para o exercício

A 8 de agosto de 2014 foi assinado, entre o Estado Português e a STCP, S.A., o Contrato de Serviço Público para a prestação do serviço de transporte público de passageiros, por modo autocarro, na Área Metropolitana do Porto, nos termos do Regulamento (CE) nº 1370/2007, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro, do artigo 5º do Decreto-Lei nº 167/2008, de 26 de agosto e do artigo 48º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, com data de entrada em vigor a 1 de janeiro de 2015.

Na sequência da Resolução do Conselho de Ministros nº 47/2014, de 22 de julho, foi publicado, a 8 de agosto de 2014, o Concurso Público para as Subconcessões do Sistema de Transporte da Metro do Porto, S.A. e da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A. vindo, o Relatório Final de Avaliação das propostas do concurso, a ser aprovado pelo Conselho de Administração da STCP a 16 de janeiro p.p.. Nessa data foi realizada a adjudicação ao concorrente vencedor, condicionada ao termo da condição suspensiva existente no procedimento. Esta condição suspensiva teve o seu termo com a comunicação da Autoridade Metropolitana de Transporte do Porto, a 17 de junho p.p., do aditamento dos títulos detidos pela STCP, ao abrigo do Regulamento de Transportes em Automóveis, às linhas exploradas ao abrigo da concessão entre o Estado e a STCP, passando assim a ser regidos pelo mesmo enquadramento contratual.

No final do primeiro semestre de 2015, enquanto decorrem as diligências da contratação, a STCP espera, pela sua parte, cumprir as suas responsabilidades decorrentes do Plano Estratégico dos Transportes (PET) 2011-2015, atualizado pelo Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas (PETI3+), e contribuir para a satisfação dos compromissos assumidos pelo estado Português

Está prevista para o segundo semestre de 2015 a reabertura do Museu do Carro Eléctrico, coincidindo com o centenário da conclusão do edifício de Massarelos, classificado como Património de Interesse Municipal, após vários meses de encerramento para obras de requalificação do edifício, cofinanciadas no âmbito do QREN/ON.2 O Novo Norte.

A reinauguração terá uma nova exposição sobre os carros elétricos e contará com uma sala inédita, } a Sala das Máquinas da antiga Central Termoeléctrica de Massarelos' .

## 1.3 Modelo de Governo

### 1.3.1 Identificação dos Órgãos Sociais

Cargo	Órgãos Sociais	Eleição
<b>Mesa da Assembleia Geral</b>		
Presidente	José António Ferreira de Barros	06-jun-14
Vice-Presidente	Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor Morais	06-jun-14
Secretário	Carlos Maria Pinheiro Torres	06-jun-14
<b>Conselho de Administração</b>		
Presidente Não Executivo	João Velez Carvalho	10-ago-12
Vogal Executivo	André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira	29-jun-12
Vogal Executivo	Alfredo César Vasconcellos Navio	29-jun-12
Vogal Não Executivo	António José Lopes	10-ago-12
<b>Conselho Fiscal</b>		
Presidente	Pedro Romano Martinez	06-jun-14
Vogal Efetivo	Ana Alexandra Filipe Freitas	06-jun-14
Vogal Efetivo	Paulo Jorge Rodrigues Mateus	06-jun-14
Vogal Suplente	Dino Jorge Ramos Santos	06-jun-14
<b>Revisor Oficial de Contas</b>		
	António Magalhães & Carlos Santos, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Representada por Carlos Alberto Freitas dos Santos, ROC nº 177	09-set-09

Por Deliberação Social Unânime por Escrito, de 29 de junho de 2012, efetuada ao abrigo do disposto no nº 1 do artigo 54º do Código das Sociedades Comerciais, foram eleitos os seguintes membros para o Conselho de Administração da STCP:

Vogal Executivo: Dr. André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira

Vogal Executivo: Dr. Alfredo César Vasconcellos Navio

Por Deliberação Social Unânime por Escrito, de 10 de agosto de 2012, efetuada ao abrigo do disposto no nº 1 do artigo 54º do Código das Sociedades Comerciais, foram eleitos os seguintes membros para integrarem o Conselho de Administração da STCP:

Presidente Não Executivo: Dr. João Velez Carvalho

Vogal Não Executivo: Dr. António José Lopes

Dois dos quatro membros do Conselho de Administração da empresa têm funções executivas e os dois restantes, funções não executivas e nenhum auferir qualquer remuneração suplementar por funções desempenhadas nas empresas participadas.

Por Deliberação Social Unânime por Escrito, de 6 de junho de 2014, efetuada ao abrigo do disposto no nº 1 do artigo 54º do Código das Sociedades Comerciais, foram eleitos os seguintes membros da Mesa da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal para acompanhar o mandato do Conselho de Administração da STCP (2012-2014):

Mesa da Assembleia Geral

Presidente: Eng.º José António Ferreira de Barros

Vice-Presidente: Dra. Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor Morais

Secretário: Dr. Carlos Maria Pinheiro Torres

Conselho Fiscal

Presidente: Prof. Dr. Pedro Romano Martinez

Vogal efetivo: Dra. Ana Alexandre Filipe Freitas

Vogal efetivo: Dr. Paulo Jorge Rodrigues Mateus

Vogal suplente: Dr. Dino Jorge Ramos Santos

O restante órgão social, ROC, foi eleito no mandato 2009-2011 e manteve-se em funções.

## 1.3.2 Estatuto remuneratório

### 1. Conselho de Administração

Por Deliberação Social Unânime Por Escrito (DUE), de 29 de junho de 2012, são fixadas as remunerações dos membros do Conselho de Administração nos termos do Estatuto de Gestor Público (EGP), na redação dada pelo DL nº 8/2012, de 18 de janeiro, da RCM nº 16/2012, de 14 de fevereiro, e da RCM nº 36, de 26 de março, em:

Vogais Executivos: valor ilíquido " 3.662,56, acrescido de 40% a título de despesas de representação, no montante de " 1.465,02.

A estes valores ilíquidos serão aplicadas as reduções de 5% e 10%, respetivamente, nos termos do artigo 12º da Lei nº 12-A/2010 e do artigo 19º, nº1, alínea c) e nº 9, alínea c) da Lei nº 55-A/2010, pelo que os valores serão:

Vogais Executivos: valor líquido " 3.131,49, acrescido de 40% a título de despesas de representação, no montante de " 1.252,60.

A estas remunerações serão aplicadas outras reduções que vierem legalmente a ser determinadas. Em cumprimento do preceituado no nº 1 do artigo 21º e no artigo 29º da Lei do OE/2012, durante a vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira - PAEF, não há lugar à atribuição de subsídios de férias e de natal, nem de remunerações variáveis de desempenho.

Por DUE, de 10 de agosto de 2012, são fixadas as remunerações dos membros do Conselho de Administração nos termos do EGP, na redação dada pelo DL nº 8/2012, de 18 de janeiro, da RCM nº 16/2012, de 14 de fevereiro, e da RCM nº 36, de 26 de março:

Presidente não executivo: valor ilíquido de " 1.144,55.

Vogal Não executivo: valor ilíquido de " 915,64.

Porém, esta última DUE refere que os membros agora eleitos não auferem qualquer remuneração em virtude de serem remunerados na Metro do Porto, S.A., enquanto administradores executivos.

Determina que aos valores ilíquidos sejam aplicadas as reduções de 5% e 10%, respetivamente, nos termos do artigo 12º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho, e do artigo 19º, nº1, alínea c) e nº 9, alínea q) da Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro e da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, ou outras reduções que venham legalmente a ser estabelecidas.

Em cumprimento do preceituado no nº 1 do artigo 21º e no artigo 29º da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, durante a vigência do PAEF, não há lugar à atribuição de subsídios de férias e de natal, nem de remunerações variáveis de desempenho.

*Na Assembleia-Geral da STCP, realizada a 18 de junho de 2013, sobre política de remunerações dos Órgãos Sociais da STCP, foi deliberado o seguinte:*

*- Ponto quinto - 3(“) Em cumprimento do preceituado no artigo 37º da Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro, declara-se que, durante a vigência do PAEF, não haverá lugar a atribuição de prémios de gestão. O pagamento do subsídio de férias será efetuado nos moldes que vierem a ser definidos no orçamento rectificativo e o subsídio de natal é pago mensalmente, por duodécimos. As remunerações a auferir efetivamente pelos membros do Conselho de Administração não podem exceder os montantes atribuídos à data de 01-03-2012, data de entrada em vigor da RCM nº 16/2012.’*

*- Ponto oitavo - 3(“) Os membros executivos do Conselho de Administração auferem as seguintes regalias ou benefícios remuneratórios:*

- Benefícios sociais de aplicação generalizada a todos os trabalhadores da empresa;*
- O valor mensal de combustível e portagens afeto às viaturas de serviço é de um quarto do valor do abono mensal para despesas de representação fixadas, nos termos definidos no nº 3 do artigo 33º da EGP;*
- Abono para despesas com comunicações, onde se inclui o telefone móvel, o telefone domiciliário e a internet, cujo valor máximo global mensal não pode exceder” 80,00, nos termos do disposto nos nºs 3 e 4 do artigo 32º da EGP.*

*Não é permitida:*

- A atribuição de subsídio de refeição de valor superior ao fixado na Portaria nº 1553-D/2008, de 31 de dezembro, alterada pela Portaria nº 1458/2009, de 31 de dezembro, conforme o previsto no nº 1 do artigo 39º da Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro;*
- A utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 32º da EGP;*
- O reembolso de quaisquer despesas que possam ser consideradas como despesas de representação pessoal nos termos do disposto no nº 2 do artigo 32º da EGP.’*

A partir do mês de junho de 2014, no seguimento do Acórdão do Tribunal Constitucional nº 413/2014 que declarou, entre outros, a inconstitucionalidade com força obrigatória do artigo 33º da Lei nº 83-C/2013 de 31 de dezembro, foi procedido ao pagamento dos salários, duodécimos do subsídio de natal e subsídio de férias sem redução remuneratória.

No mês de setembro de 2014 foi aplicado o regime previsto na Lei nº 75/2014, de 12 de setembro, com efeitos a partir daquela data.

Foi deliberado na Assembleia Geral da STCP, realizada a 29 de maio de 2015, ponto sexto da ordem de trabalhos, o seguinte:

*Declaração sobre Política da Remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da STCP... Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, SA.*

*As remunerações dos membros dos órgãos sociais das empresas públicas devem ser fixadas em função da complexidade, exigência e responsabilidade inerentes às respetivas funções e atendendo às práticas normais no respetivo setor de atividade, tendo em conta igualmente os princípios e orientações estabelecidos pelo acionista e a situação do mercado. Face à atual situação económica e financeira nacional, torna-se necessária a definição de uma política de remuneração dos gestores públicos consistente com a eficiente gestão dos riscos, de modo coerente com a natureza da atividade e estratégia de negócio da empresa, promovendo o seu crescimento sustentado. Assim, assume particular relevo a necessidade de adotar um regime remuneratório que traduza uma efetiva moderação salarial, ajustada às especificidades da empresa, devendo, igualmente, ser assegurada a total transparência no que se refere à definição das políticas remuneratórias e à sua aplicação efetiva. No contexto da vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal (PAEF), foram, pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, objeto da Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de janeiro, introduzidas alterações ao Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, que aprovou o Estatuto do Gestor Público, bem como foi aprovada a RCM n.º 16/2012, publicada no D.R. 1.ª série, de 14 de fevereiro, a qual procede à definição de categorias e critérios objetivos para a fixação do vencimento mensal dos gestores públicos, tendo por referência o limite do vencimento mensal do Primeiro-Ministro, que atribui a classificação C à STCP, S.A..*

*Assim, ao abrigo do artigo 2.º da Lei 28/2009, de 19 de junho, declara-se que para o ano de 2015: a remuneração dos gestores da STCP, S.A. será apurada de acordo com a metodologia definida na RCM n.º 16/2012, publicada no D.R. 1.ª série, de 14 de fevereiro, sem prejuízo da aplicação das reduções remuneratórias vigentes, bem como de outras disposições que venham a ser legalmente definidas.*

*Não há lugar à atribuição de prémios de gestão aos membros do Conselho de Administração, conforme disposto no artigo 41.º da LOE 2014, e o subsídio de Natal é pago mensalmente, por duodécimos, nos termos do artigo 35.º da LOE 2014 (...).'*

## **2. Mesa da Assembleia Geral e Conselho Fiscal**

Por Deliberação Social Unânime Por Escrito, de 6 de junho de 2014, foi fixado o seguinte estatuto remuneratório a atribuir aos membros da Mesa da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal:

### **Mesa da Assembleia Geral**

Presidente: senha de presença no valor de " 500,00.

Vice-Presidente: senha de presença no valor de " 425,00.

Secretário: senha de presença no valor de " 350,00.

### **Conselho Fiscal**

Presidente: valor mensal ilíquido de " 1.281,90, pago 14 vezes por ano.

Vogais: valor mensal ilíquido de " 961.42, pago 14 vezes por ano.

A estes valores será aplicada a redução remuneratória prevista no artigo 33.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro e para o Conselho Fiscal o pagamento do subsídio de natal será efetuado por

duodécimos, nos termos do artigo 35º da mesma Lei, sem prejuízo de aplicação de eventuais disposições legais que vierem a ser determinadas. Determina-se que, nos termos do disposto no nº 21 da RCM nº 16/2012, de 14 de fevereiro, e no nº 3 da RCM nº 36/2012, de 26 de março, durante a vigência do PAEF, as remunerações a auferir efetivamente pelos membros eleitos não podem exceder os montantes atribuídos à data de 1 de março de 2012, data da entrada em vigor da RCM nº 16/2012, de 14 de fevereiro. Aplica-se a todas estas remunerações outras disposições que vierem a ser legalmente determinadas.

A partir do mês de junho de 2014, no seguimento do Acórdão do Tribunal Constitucional nº 413/2014 que declarou, entre outros, a inconstitucionalidade com força obrigatória do artigo 33º da Lei nº 83-C/2013 de 31 de dezembro, foi procedido ao pagamento dos salários, duodécimos do subsídio de natal e subsídio de férias sem redução remuneratória. No mês de setembro de 2014 foi aplicado o regime previsto na Lei nº 75/2014, de 12 de setembro, com efeitos a partir daquela data.

Tendo o Conselho Fiscal manifestado dúvidas quanto ao cálculo da remuneração a auferir efetivamente pelos titulares deste órgão, atentas as disposições referidas na Deliberação Social Unânime Por Escrito, de 6 de junho de 2014, foi solicitado pela STCP, S.A. esclarecimento sobre o assunto à Secretaria de Estado do Tesouro e à Secretaria de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações. Não obstante o entendimento que venha a ser consignado, os montantes não são materialmente relevantes para as contas da Empresa, devendo após decisão das tutelas ser ajustados em conformidade.

### **1.3.3 Atribuições de cada membro do Conselho de Administração**

#### **Presidente Não Executivo ..Dr. João Velez Carvalho**

Exerce funções não executivas. Acompanha e avalia continuamente a gestão da empresa por parte dos demais gestores, com vista a assegurar a prossecução dos objetivos estratégicos da empresa, a eficiência das suas atividades e a conciliação dos interesses dos acionistas com o interesse geral. Responsável pelas decisões estratégicas relativas a Recursos Humanos e pelo acompanhamento da Autoridade de Segurança da Exploração, da Empresa.

Exerce funções executivas na Metro do Porto, S.A. como Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva e no TIP- Transportes Intermodais do Porto, ACE como Vogal do Conselho de Administração.

#### **Vogal Executivo ..Dr. André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira**

Exerce funções executivas, sendo responsável pela coordenação direta do Serviço de Secretariado Geral e Apoio ao Conselho de Administração, Departamento de Marketing, Gabinete de Controlo de Gestão e Auditoria, Gabinete de Informática e Comunicações, Departamento Administrativo e Financeiro e Gabinete de Projetos e Estratégia.

Representa a STCP no Conselho de Administração na empresa participada Transportes Intermodais do Porto, ACE (TIP-ACE) e é o gerente da STCP SERVIÇOS ...Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal, Lda..

**Vogal Executivo ..Dr. Alfredo César Vasconcellos Navio**

Exerce funções executivas, sendo responsável pela coordenação direta do Departamento de Operações, Departamento de Desenvolvimento Organizacional, Unidade de Manutenção da Frota, Unidade do Carro Elétrico e Museu do Carro Elétrico.

Representa a STCP no Conselho de Administração nas empresas participadas OPT ...Optimização e Planeamento de Transportes, S.A. e TRANSPUBLICIDADE ...Publicidade em Transportes, S.A..

**Vogal Não Executivo ..Dr. António José Lopes**

Exerce funções não executivas. Acompanha e avalia continuamente a gestão da empresa por parte dos demais gestores, com vista a assegurar a prossecução dos objetivos estratégicos da empresa, a eficiência das suas atividades e a conciliação dos interesses dos acionistas com o interesse geral. Responsável pelo acompanhamento do Controlo de Gestão Planeamento e decisões de carácter estratégico. Representante do Conselho de Administração para o Sistema Integrado de Gestão e Qualidade.

Exerce funções executivas na Metro do Porto, S.A. como Vogal do Conselho de Administração, na TRANSPUBLICIDADE ... Publicidade em Transportes, S.A., como Presidente do Conselho de Administração e no TIP- Transportes Intermodais do Porto, ACE como Vogal do Conselho de Administração.

## 1.4 Análise Económica e Financeira

### 1.4.1 Resultados Operacionais

Resultados operacionais consolidados (10 <sup>3</sup> €)	1S2015	1S2014	15-14	15/14
Rédito das vendas e dos serviços prestados	21.427	21.925	-499	-2,3%
Outros rendimentos e ganhos operacionais [1]	938	5.026	-4.088	-81,3%
<b>Rendimentos operacionais</b>	<b>22.365</b>	<b>26.951</b>	<b>-4.587</b>	<b>-17,0%</b>
Inventários, materiais e serviços consumidos	10.300	11.473	-1.173	-10,2%
Gastos com o pessoal	14.632	14.578	54	0,4%
Gastos depreciação e de amortização, prov. e imparidades	2.066	4.260	-2.195	-51,5%
Outros gastos e perdas operacionais [2]	314	271	43	15,8%
<b>Gastos operacionais</b>	<b>27.312</b>	<b>30.582</b>	<b>-3.271</b>	<b>-10,7%</b>
<b>Resultados operacionais</b>	<b>-4.947</b>	<b>-3.631</b>	<b>-1.316</b>	<b>-36,2%</b>
<b>Subsídios à exploração</b>	<b>0</b>	<b>3.815</b>	<b>-3.815</b>	<b>-100,0%</b>
<b>Resultados operacionais sem subsídios exploração</b>	<b>-4.947</b>	<b>-7.446</b>	<b>2.499</b>	<b>33,6%</b>
<b>Taxa cobertura operacional</b>	<b>81,9%</b>	<b>88,1%</b>	<b>-0,1 p.p.</b>	<b>-7,1%</b>
<b>Taxa cobertura operacional sem subsídios exploração</b>	<b>81,9%</b>	<b>75,7%</b>	<b>0,1 p.p.</b>	<b>8,2%</b>

[1] inclui subsídios à exploração e a rubrica trabalhos para a própria entidade capitalizados.

[2] inclui prejuízos imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos.

Os resultados operacionais consolidados do semestre foram negativos em 4,9 milhões de euros, apresentando um agravamento de 1,3 milhões de euros (36,2%) face ao primeiro semestre de 2014, em consequência, essencialmente, da inexistência de indemnizações compensatórias em 2015.

Os gastos operacionais registaram uma redução de 3,3 milhões de euros (-10,7%) não tendo compensado a redução registada nos rendimentos operacionais de 4,6 milhões de euros (-17%) devido à inexistência de indemnizações compensatórias no primeiro semestre de 2015, quando no período homólogo de 2014 tinham atingido cerca de 3,8 milhões de euros, e à redução da redução da receita das vendas e dos serviços prestados, em cerca de 500 mil euros (-2,3%).

A diminuição de 10,7% (3,3 M€) nos gastos operacionais resulta essencialmente da redução nos inventários, materiais e serviços consumidos, em cerca 1,2 milhões de euros, e da diminuição das provisões. Em sentido inverso os gastos com pessoal registaram um acréscimo no primeiro semestre a 2015, face a igual período de 2014, devido ao aumento da rubrica indemnizações por cessação de contrato de trabalho.

## 1.4.2 Resultados Financeiros e Resultados Líquidos

Resultados financeiros e Resultados líquidos consolidados (10 <sup>3</sup> €)	1S2015	1S2014	15-14	15/14
<b>Resultados operacionais</b>	<b>-4.947</b>	<b>-3.631</b>	<b>-1.316</b>	<b>-36%</b>
Rendimentos financeiros	4.061	125	3.936	3153%
Gastos financeiros	7.090	27.311	-20.222	-74%
<b>Resultados financeiros</b>	<b>-3.028</b>	<b>-27.186</b>	<b>24.158</b>	<b>89%</b>
Imposto sobre o rendimento	8	10	-2	-20%
<b>Resultados líquidos</b>	<b>-7.983</b>	<b>-30.827</b>	<b>22.844</b>	<b>74%</b>
variação justo valor SWAP	3.928	-16.534	20.462	124%
<b>Resultados financeiros sem variação justo valor SWAP</b>	<b>-6.956</b>	<b>-10.652</b>	<b>3.696</b>	<b>35%</b>
<b>Resultados líquidos sem variação justo valor SWAP</b>	<b>-11.911</b>	<b>-14.293</b>	<b>2.382</b>	<b>17%</b>
<b>Resultados líquidos sem variação justo valor SWAP e sem IC's</b>	<b>-11.911</b>	<b>-18.108</b>	<b>6.197</b>	<b>34%</b>

Os resultados financeiros do primeiro semestre de 2015 foram negativos, em 3 milhões de euros, registando uma melhoria de 24 milhões de euros face ao primeiro semestre de 2014. Este resultado deveu-se, por um lado, à variação positiva do justo valor de SWAP registada no primeiro semestre de 2015, em 3,9 milhões de euros, quando o período homólogo de 2014 tinha registado uma variação negativa de 16,5 milhões de euros, e ao impacto da reestruturação da dívida da empresa na redução dos juros e outros encargos financeiros, com a denúncia dos contratos existentes para operações de crédito de curto prazo celebrados com a banca comercial, e a celebração de um contrato de empréstimo de médio e longo prazo, com o Estado Português.

Sem variação de justo valor de SWAP, os resultados financeiros atingiram cerca de 7 milhões de euros negativos, apresentando uma redução de 3,7 milhões de euros, face ao período homólogo do ano anterior.

Os resultados líquidos do primeiro semestre foram negativos, de cerca de 8 milhões de euros, registando uma redução de 22,8 milhões de euros face ao primeiro semestre de 2014.

Sem variação de justo valor de SWAP os resultados líquidos apresentaram um desagravamento de 3,4 milhões face a igual período de 2014.

### 1.4.3 Evolução Patrimonial

Demonstração da posição financeira consolidada (10 <sup>3</sup> €)	1S2015	31-12-2014	15-14	15/14
Ativo não corrente	74.093	75.954	-1.861	-2,5%
Ativo corrente	16.820	16.231	589	4%
<b>Total do ativo</b>	<b>90.913</b>	<b>92.186</b>	<b>-1.273</b>	<b>-1,4%</b>
<b>Capital próprio</b>	<b>-480.091</b>	<b>-478.016</b>	<b>-2.075</b>	<b>0,4%</b>
Passivo não corrente	514.731	540.670	-25.940	-4,8%
Passivo corrente	56.273	29.532	26.742	90,6%
<b>Total do passivo</b>	<b>571.004</b>	<b>570.202</b>	<b>802</b>	<b>0,1%</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>	<b>90.913</b>	<b>92.186</b>	<b>-1.273</b>	<b>-1,4%</b>

O ativo atingiu o montante de 90,9 milhões de euros, registando uma redução de 1,2 milhões de euros (-1,4%) face a 31 de dezembro de 2014. O passivo atingiu o montante de 571 milhões de euros, registando um aumento de 802 mil euros (+0,1%) face a 31 de dezembro de 2014.

O acionista Estado, pela Deliberação Unânime por Escrito de 15 de junho de 2015, decidiu aumentar o capital social da STCP, S.A. em 5.856.125 euros, através da emissão de 1.171.225 novas ações, no valor de 5 euros cada, a subscrever pelo acionista Estado Português. O aumento de capital social foi realizado a 23 de junho de 2015, tendo o seu registo ocorrido em 2 de julho de 2015.

O capital social da STCP, S.A. passou a ser de 85.505.125 euros.

O capital próprio no final do primeiro semestre de 2015 atingiu 480 milhões de euros negativos, registando um agravamento de 2,1 milhões de euros (0,4%) relativamente ao final do ano de 2014.

Não existem dívidas em mora ao Estado e outros entes públicos, incluindo à Segurança Social.

Porto, 28 de agosto de 2015

O Conselho de Administração

## 2 Demonstrações Financeiras Consolidadas

(Informação financeira não sujeita a auditoria ou revisão limitada, nos termos do nº 3 do art.º8º do Código dos Valores Mobiliários).

## DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014

(Montantes expressos em euros)

ATIVO	Notas	30 junho 2015	31 dezembro 2014
<b>Ativo não corrente</b>		<b>74.093.174,82</b>	<b>75.954.482,95</b>
Ativos fixos tangíveis	8	56.077.097,10	57.777.639,74
Propriedades de investimento	10	17.256.280,65	17.256.280,65
Outros ativos fixos intangíveis	9	602.381,40	763.163,36
Participações financeiras pelo método da equivalência patrimonial	4.2	132.399,20	132.399,20
Participações financeiras pelo método do custo	12	25.000,00	25.000,00
Outros investimentos financeiros		16,47	
<b>Ativo corrente</b>		<b>16.819.723,92</b>	<b>16.231.100,50</b>
Inventários		458.266,31	437.026,38
Clientes		1.612.487,02	2.793.203,39
Outras contas a receber	13	6.368.360,84	4.368.774,99
Impostos sobre o rendimento a receber	6	716.076,73	668.024,20
Caixa e seus equivalentes	7	7.664.533,02	7.964.071,54
<b>Total do ativo</b>		<b>90.912.898,74</b>	<b>92.185.583,45</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Capital nominal	26	85.505.125,00	79.649.000,00
Reservas não distribuíveis		75.378,27	75.378,27
Reservas distribuíveis		930.935,58	930.935,58
Excedentes de valorização de ativos fixo		38.293.651,23	38.644.539,23
Ajustamentos ao valor de ativos financeiros		128.543,72	128.543,72
Resultados acumulados		-597.041.791,04	-543.047.943,28
Resultado líquido do período		-7.982.949,06	-54.396.713,76
<b>Total do capital próprio</b>		<b>-480.091.106,30</b>	<b>-478.016.260,24</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>		<b>514.730.753,34</b>	<b>540.670.330,77</b>
Provisões	24	10.313.044,15	10.333.790,38
Outros instrumentos financeiros	21	496.264.709,82	520.754.823,84
Responsabilidades por benefícios de reforma	23	414.374,00	464.032,00
Passivos por locação financeira	20.1	7.738.625,37	9.117.684,55
<b>Passivo corrente</b>		<b>56.273.251,70</b>	<b>29.531.512,92</b>
Fornecedores		4.224.451,63	4.738.784,73
Outros instrumentos financeiros	21	39.297.860,51	10.035.600,99
Outras contas a pagar	14	9.238.739,77	10.381.213,02
Passivos por locação financeira	20.1	3.512.199,79	4.375.914,18
<b>Total do passivo</b>		<b>571.004.005,04</b>	<b>570.201.843,69</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>90.912.898,74</b>	<b>92.185.583,45</b>

O Técnico Oficial de Contas nº 6622

O Conselho de Administração

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

Dos exercícios findos em 30 de junho de 2015 e 2014

(Montantes expressos em euros)

	Notas	30 junho 2015	30 junho 2014
RENDIMENTOS E GANHOS			
Rédito das vendas e dos serviços prestados	15	21.426.797,68	21.925.442,21
Outros rendimentos e ganhos operacionais	16	937.896,16	5.025.926,11
Ajustamentos positivos e mais-valias de instrumentos financeiros	18	3.928.025,97	
Outros rendimentos e ganhos financeiros	18	133.091,06	124.858,79
<b>Total de Rendimentos e Ganhos</b>		<b>26.425.810,87</b>	<b>27.076.227,11</b>
GASTOS E PERDAS			
Inventários consumidos e vendidos		445.964,99	580.037,78
Materiais e serviços consumidos		9.854.095,45	10.893.396,16
Gastos com o pessoal		14.631.934,70	14.577.526,68
Gastos de depreciação e de amortização	8-9	2.072.454,82	2.759.484,87
Aumentos / diminuições de provisões	24	-20.746,23	1.503.557,25
Outros gastos e perdas operacionais	17	313.721,52	269.499,49
Aumentos / diminuições de ajustamentos de dívidas a receber		14.139,00	-2.583,25
Prejuízos imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	4.2		1.469,20
Ajustamentos negativos e menos-valias de instrumentos financeiros	19		16.533.725,50
Juros e outros gastos e perdas financeiros	19	7.089.510,50	10.777.353,80
<b>Total de Gastos e Perdas</b>		<b>34.401.074,75</b>	<b>57.893.467,48</b>
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>-7.975.263,88</b>	<b>-30.817.240,37</b>
Imposto sobre o rendimento		7.685,18	9.586,91
<b>Resultado antes da consideração dos interesses minoritários</b>		<b>-7.982.949,06</b>	<b>-30.826.827,28</b>
Resultado afeto aos Interesses minoritários			
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-7.982.949,06</b>	<b>-30.826.827,28</b>
Resultado por ação	28	-0,50	-1,94

O Técnico Oficial de Contas nº 6622

O Conselho de Administração

**DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO**

Dos semestres findos em 30 de Junho de 2015 e 2014

(Montantes expressos em euros)

	Notas	30 junho 2015	30 junho 2014
Resultado líquido do período		-7.982.949,06	-30.826.827,28
Itens que não irão ser reclassificados para resultados:			
Remensuração passivo (ativo) líquido de benefícios definidos		51.978,00	74.835,00
Itens que poderão vir a ser reclassificadas para resultados:			
Outros rendimentos e gastos reconhecidos diretamente em capital próprio		51.978,00	74.835,00
Total do rendimento integral do período		-7.930.971,06	-30.751.992,28
Atribuível a :			
Accionista da empresa mãe		-7.930.971,06	-30.751.992,28
Interesses minoritários		-7.930.971,06	-30.751.992,28

O Técnico Oficial de Contas nº 6622

O Conselho de Administração

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

Dos exercícios findos em 30 de junho de 2015 e 2014

(Montantes expressos em euros)

	Notas	30 junho 2015	30 junho 2014
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais - Método direto</b>			
Recebimentos de clientes		22.588.075,73	22.407.313,42
Pagamentos a fornecedores		-12.596.825,92	-12.563.467,78
Pagamentos ao pessoal		-12.160.172,23	-12.014.929,50
Fluxo gerado pelas operações		-2.168.922,42	-2.171.083,86
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		-35.500,00	-35.500,00
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional		-2.124.530,65	2.235.234,23
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-4.328.953,07	28.650,37
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a :			
Ativos fixos tangíveis		-787.864,72	-56.208,34
Ativos intangíveis		-46.045,05	-27.060,00
Investimentos financeiros		-10,92	
Outros ativos		-65.808,46	-11.555,63
		-899.729,15	-94.823,97
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		16.343,65	110.373,00
Subsídios de investimento		376.181,52	
Juros e rendimentos similares		84.748,23	88.204,96
		477.273,40	198.577,96
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-422.455,75	103.753,99
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		4.540.000,00	233.169.108,99
Realização de capitais e outros instrumentos de capital		5.856.125,00	
		10.396.125,00	233.169.108,99
Pagamentos respeitantes a :			
Financiamentos obtidos			-210.384.449,20
Juros e gastos similares		-3.190.003,17	-6.774.029,53
Outras operações de financiamento		-2.754.251,53	-2.680.440,69
		-5.944.254,70	-219.838.919,42
Fluxos das atividades de financiamento (3)		4.451.870,30	13.330.189,57
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-299.538,52	13.462.593,93
Caixa e seus equivalentes no início do período		7.964.071,54	-7.668.537,28
Caixa e seus equivalentes no final do período	7	7.664.533,02	5.794.056,65

O Técnico Oficial de Contas nº 6622

O Conselho de Administração

## DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO

Dos exercícios findo em 30 de junho de 2015 e 2014  
(Montantes expressos em euros)

	Capital nominal	Reservas não distribuíveis	Reservas distribuíveis	Excedente de valorização de ativos fixos	Ajustamentos ao valor de ativos financeiros	Resultados acumulados	Resultado líquido do período	SUB-TOTAL	Interesses minoritários	Total capital próprio
Posição em 01.01.2015	79.649.000,00	75.378,27	930.935,58	38.644.539,23	128.543,72	-543.047.943,28	-54.396.713,76	-478.016.260,24		-478.016.260,24
Aumentos / reduções de capital	5.856.125,00							5.856.125,00		5.856.125,00
Realização do excedente de valorização de ativos fixos				-350.888,00		350.888,00				
Transferências						-54.396.713,76	54.396.713,76			
Rendimento integral:										
Resultado líquido do período							-7.982.949,06	-7.982.949,06		-7.982.949,06
Aumentos / diminuições no excedente de valorização de ativos fixos										
Remensuração do passivo (ativo) líquido de benefícios definidos						51.978,00		51.978,00		51.978,00
<b>Total do rendimento integral do exercício:</b>						<b>51.978,00</b>	<b>-7.982.949,06</b>	<b>-7.930.971,06</b>		<b>-7.930.971,06</b>
Posição em 30.06.2015	85.505.125,00	75.378,27	930.935,58	38.293.651,23	128.543,72	-597.041.791,04	-7.982.949,06	-480.091.106,30		-480.091.106,30
Posição em 01.01.2014	79.649.000,00	75.378,27	306.305,58	39.809.640,46	128.543,72	-528.855.620,71	-14.799.183,72	-423.685.936,40		-423.685.936,40
Realização do excedente de valorização de ativos fixos				-456.260,07		456.260,07				
Transferências						-14.799.183,72	14.799.183,72			
Rendimento integral:										
Resultado líquido do período							-30.826.827,28	-30.826.827,28		-30.826.827,28
Aumentos / diminuições no excedente de valorização de ativos fixos										
Remensuração do passivo (ativo) líquido de benefícios definidos						74.835,00		74.835,00		74.835,00
<b>Total do rendimento integral do exercício:</b>						<b>74.835,00</b>	<b>-30.826.827,28</b>	<b>-30.751.992,28</b>		<b>-30.751.992,28</b>
Posição em 30.06.2014	79.649.000,00	75.378,27	306.305,58	39.353.380,39	128.543,72	-543.123.709,36	-30.826.827,28	-454.437.928,68		-454.437.928,68

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

## Notas relativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Período findo em 30 de junho de 2015

**(Montantes expressos em euros)**

### 1. Nota Introdutória

O Grupo STCP era constituído, em 30 junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, pela STCP, S.A. e pela STCP Serviços Transportes Urbanos Consultoria e Participações, Unipessoal, Lda.

Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A.

A Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A. foi instituída pelo decreto-lei nº 202/94 de 23 de julho, como sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, tendo sucedido à empresa Serviço de Transportes Colectivos do Porto, criada pelo Decreto-Lei n.º 38144, de 30 de dezembro de 1950. A sua sede é na Avenida Fernão de Magalhães, 1862 - 13º piso, no Porto.

Tem como principal atividade o transporte coletivo público rodoviário de passageiros em regime de exclusividade dentro dos limites do concelho do Porto, e no regime geral de concorrência nos concelhos limítrofes - Matosinhos, Maia, Valongo, Gondomar e Vila Nova de Gaia ...integrados na Área Metropolitana do Porto. Explora preponderantemente o modo autocarro e, residualmente, o modo carro elétrico.

Durante o 1º semestre de 2015, a empresa cumpriu as orientações preconizadas na lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, e lei 82-B/2014, de 31 de dezembro, designadamente quanto à redução remuneratória dos trabalhadores e à contenção da despesa e do investimento.

Pelo despacho n.º 875/15, de 5 de junho, foi atribuída à STCP a autorização para a exceção ao cumprimento do princípio da unidade de tesouraria, no que respeita a garantias bancárias, atenta a relevância da banca comercial na sua atividade.

STCP Serviços Transportes Urbanos Consultoria e Participações, Unipessoal, Lda.

A STCP SERVIÇOS desenvolvia a operação turística do Carro Elétrico bem como outras atividades no âmbito do setor turístico.

Após análise da evolução do negócio, concluiu-se não se justificar a manutenção deste ramo de negócio, atendendo a que este poderia ser assegurado através da solução resultante do enquadramento com o serviço público no âmbito da STCP, S.A.

Durante o ano 1º semestre de 2015 continuaram a empreender-se esforços de resolução de todos os processos administrativos / financeiros que se encontram pendentes.

### 2. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram consistentes durante os períodos apresentados e são as seguintes:

## 2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia, em vigor para o exercício económico iniciado em 1 de janeiro de 2015.

As demonstrações financeiras consolidadas semestrais foram preparadas de acordo com as disposições da IAS34 ...Relato Financeiro Intercalar, pelo que devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

## 2.2. Políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas adotadas são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, e descritas nas respetivas notas, exceto no que respeita às normas e interpretações cuja data de eficácia corresponde aos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2015, da adoção das quais não resultaram impactos no rendimento integral ou na posição financeira do Grupo.

## 3. Alterações de políticas contabilísticas e correção de erros fundamentais

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2015 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas ou correção de erros materiais de períodos anteriores.

## 4. Empresas incluídas na consolidação

Em 30 de junho de 2015 as empresas incluídas na consolidação são:

### 4.1 Empresas subsidiárias

Designação Social	Sede	% Efetiva	Atividade
STCP Serviços ...Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal, Lda. (*)	Porto	100%	Atividades de operador turístico e transporte terrestres, urbanos e suburbanos de passageiros.

(\*) Até julho de 2007 era designada por STCP CONSULTORIA.

### 4.2 Empresas associadas

Em 30 de junho de 2015, as empresas associadas são:

Designação Social	Sede	% Controlo	% Participação
TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE	Porto	33,33%	33,33%
Transpublicidade ...Publicidade em Transportes, S.A.	Lisboa	20%	20%

As participações financeiras em empresas associadas estavam valorizadas da seguinte forma:

	30-junho-2015	31-dezembro-2014
TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE		
Transpublicidade ...Publicidade em Transportes, S.A.	132.399,20	132.399,20
	132.399,20	132.399,20

Estas empresas associadas foram incluídas na consolidação pelo método de equivalência patrimonial. No primeiro semestre de 2015, por falta de informação da participada Transpublicidade, não foi reconhecido qualquer ganho ou perda resultante da aplicação do método de equivalência patrimonial. No primeiro semestre de 2014, foi reconhecida uma perda de 1.469,20 euros.

Em junho de 2015, o TIP, ACE continua a apresentar capitais próprios negativos pelo que o valor da participada no balanço é nulo. Foi ainda ajustada a provisão constituída para esta associada na proporção dos seus capitais próprios negativos a 30.06.2015.

### 5. Alterações no perímetro de consolidação

No semestre findo em 30 de junho de 2015 não se verificaram alterações no perímetro de consolidação.

### 6. Imposto sobre o rendimento

O Grupo está sujeito ao regime geral de IRC, mas dada a sua situação deficitária nunca pagou imposto sobre o rendimento. Suporta apenas os encargos decorrentes da tributação autónoma e tem efetuado o pagamento especial por conta a que se encontra obrigado.

Face ao exposto, não se procedeu ao reconhecimento de qualquer ativo ou passivo por impostos diferidos, por não se prever a possibilidade de dedução a lucros fiscais futuros, dos prejuízos fiscais reportáveis até à data.

### 7. Caixa e seus equivalentes

O detalhe de Caixa e equivalentes era o seguinte:

	30-junho-2015	30-junho-2014
Numerário	76.747,97	84.323,57
Depósitos bancários	7.587.785,05	5.709.733,08
<b>Caixa e equivalentes de caixa no Balanço</b>	<b>7.664.533,02</b>	<b>5.794.056,65</b>
Caixa e equivalentes na Demonstração de fluxos de caixa	7.664.533,02	5.794.056,65

## 8. Ativos fixos tangíveis

O detalhe dos movimentos ocorridos, durante o primeiro semestre de 2015, no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Ativo bruto	Terrenos e recursos naturais	Edifícios/outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	Ativos tangíveis em curso	Total dos ativos fixos tangíveis
<b>Saldo a 01.01.2015</b>	<b>21.591.561,00</b>	<b>25.993.435,87</b>	<b>80.503.354,31</b>	<b>1.462.040,81</b>	<b>712.423,02</b>	<b>4.155.735,14</b>	<b>1.790.269,18</b>	<b>217.398,61</b>	<b>136.426.217,94</b>
<b>Movimentos do 1º semestre de 2015</b>									
Adições		320,00	1.945,00		20.460,85	9.135,00		556.989,68	588.850,53
Abates/Vendas			-4.179,84		-759,72	-72.534,53			-77.474,09
Regularizações e transferências									0,00
Aumento/diminuição subsídio ao investimento.		912,56						-377.453,16	-376.540,60
<b>Saldo a 30.06.2015</b>	<b>21.591.561,00</b>	<b>25.994.668,43</b>	<b>80.501.119,47</b>	<b>1.462.040,81</b>	<b>732.124,15</b>	<b>4.092.335,61</b>	<b>1.790.269,18</b>	<b>396.935,13</b>	<b>136.561.053,78</b>

Amortizações Acumuladas	Terrenos e recursos naturais	Edifícios/outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	Ativos tangíveis em curso	Total dos ativos fixos tangíveis
<b>Saldo a 01.01.2015</b>		<b>12.482.139,48</b>	<b>59.323.586,61</b>	<b>1.431.712,85</b>	<b>684.524,00</b>	<b>4.027.098,10</b>	<b>699.517,16</b>		<b>78.648.578,20</b>
<b>Movimentos do 1º semestre de 2015</b>									
Amortizações e reintegrações exercício		520.460,31	1.403.625,08	8.962,78	7.333,80	21.486,71	72,02		1.961.940,70
Abates/Vendas			-3.922,85		-759,72	-72.524,37			-77.206,94
Regularizações e transferências									0,00
Aumento/diminuição subsídio ao investimento.		-879,71	-48.119,35		-300,14	-56,08			-49.355,28
<b>Saldo a 30.06.2015</b>		<b>13.001.720,08</b>	<b>60.675.169,49</b>	<b>1.440.675,63</b>	<b>690.797,94</b>	<b>3.976.004,36</b>	<b>699.589,18</b>		<b>80.483.956,68</b>
Valor Líquido:									
a 01 de Janeiro de 2015	21.591.561,00	13.511.296,39	21.179.767,70	30.327,96	27.899,02	128.637,04	1.090.752,02	217.398,61	57.777.639,74
a 30 de Junho de 2015	21.591.561,00	12.992.948,35	19.825.949,98	21.365,18	41.326,21	116.331,25	1.090.680,00	396.935,13	56.077.097,10

O Grupo não procedeu à divulgação das restrições de titularidade de ativos, nem de ativos fixos dados como garantias de passivos, uma vez não existem situações que se enquadrem neste âmbito.

A 30 de junho de 2015, os compromissos contratuais assumidos pelo Grupo com a aquisição de ativos tangíveis era de 353.319,72 euros.

## 9. Outros ativos intangíveis

O detalhe dos movimentos ocorridos, no primeiro semestre de 2015, no valor dos outros ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Ativo bruto	Despesas de investigação e desenvolvimento	Propriedade industrial e outros direitos	Outros ativos intangíveis	Ativos Intangíveis em curso	Total de ativos fixos intangíveis
<b>Saldo a 01.01.2015</b>	<b>88.749,10</b>	<b>5.228.497,58</b>	<b>1.106.517,00</b>		<b>6.423.763,68</b>
<b>Movimentos do 1º semestre de 2015</b>					
Adições					
Abates/Vendas					
Regularizações e transferências					
Aumento/diminuição Subsídio ao investimento					
<b>Saldo a 30.06.2015</b>	<b>88.749,10</b>	<b>5.228.497,58</b>	<b>1.106.517,00</b>		<b>6.423.763,68</b>

Amortizações Acumuladas	Despesas de investigação e desenvolvimento	Propriedade industrial e outros direitos	Outros ativos intangíveis	Ativos Intangíveis em curso	Total de ativos fixos intangíveis
<b>Saldo a 01.01.2015</b>	<b>88.749,10</b>	<b>5.000.150,77</b>	<b>571.700,45</b>		<b>5.660.600,32</b>
<b>Movimentos do 1º semestre de 2015</b>					
Amortizações e reintegrações do exercício		50.130,26	110.651,70		160.781,96
Abates/Vendas					
Regularizações e transferências					
Aumento/diminuição Subsídio ao investimento					
<b>Saldo a 30.06.2015</b>	<b>88.749,10</b>	<b>5.050.281,03</b>	<b>682.352,15</b>		<b>5.821.382,28</b>
Valor Líquido:					
a 01 de Janeiro de 2015		228.346,81	534.816,55		763.163,36
a 30 de Junho de 2015		178.216,55	424.164,85		602.381,40

## 10. Propriedades de investimento

Não ocorreram movimentos na rubrica de propriedades de investimento durante o primeiro semestre de 2015.

A 30 de junho de 2015, os compromissos contratuais assumidos pelo Grupo com a aquisição de propriedades de investimento era de 6.000 euros.

## 12. Participações financeiras pelo método do custo

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, esta rubrica inclui investimentos nas seguintes entidades:

	% Participação	30-junho-2015	31-dezembro-2014
<b>Participações em outras empresas</b>		<b>25.000,00</b>	<b>25.000,00</b>
Metro do Porto, S.A (*)	16,6%	0,00	0,00
OPT - Optimização e Planeamento de Transportes, SA	8,3%	25.000,00	25.000,00

(\*) A sua valorização é nula porque até outubro de 2008 era detida em 20% e os capitais próprios da participada eram negativos, sendo até essa data valorizada pelo método de equivalência patrimonial.

### 13. Outras contas a receber

O detalhe das outras contas a receber era o seguinte:

	30-junho-2015	31-dezembro-2014
Outras dívidas de terceiros correntes	2.905.952,61	2.174.720,93
Adiantamento a Fornecedores e saldos devedores	6.333,61	8.512,58
Estado e outros entes públicos: IVA a recuperar /reembolsos pedidos	1.322.638,76	647.282,74
Pessoal	246.085,72	264.669,51
Outros devedores	2.263.837,44	2.172.816,02
Ajustamentos acumulados em dívidas de terceiros	-932.942,92	-918.559,92
Outros ativos correntes	3.462.408,23	2.194.054,06
Acréscimo de rendimentos	3.190.214,70	1.857.619,58
Rédito dos serviços prestados	2.372.512,72	374.118,16
Outros rendimentos operacionais	274.372,83	1.239.267,83
Outros juros a receber	543.329,15	244.233,59
Gastos diferidos	272.193,53	336.434,48
Materiais e serviços consumidos	259.596,17	150.694,76
Outros gastos e perdas operacionais	12.597,36	185.739,72
<b>Outras contas a receber correntes</b>	<b>6.368.360,84</b>	<b>4.368.774,99</b>

### 14. Outras contas a pagar

O detalhe das outras contas a pagar era o seguinte:

	30-junho-2015	31-dezembro-2014
Outras dívidas a terceiros	1.985.165,65	2.231.001,64
Adiantamento a clientes e saldos credores clientes e outros devedores	2.007,28	1.884,28
Estado e outros entes públicos	1.131.910,11	919.450,58
IRS/IRC retido a terceiros	300.981,76	279.073,20
Contribuições p/ sistemas de Seg. Social	674.662,83	588.061,38
Outros impostos e taxas	156.265,52	52.316,00
Pessoal	134.679,08	134.374,24
Fornecedores de imobilizado	22.539,71	265.230,66
Outros credores	694.029,47	910.061,88
Outros passivos correntes	7.253.574,12	8.150.211,38
Acréscimo de gastos	4.894.323,53	6.184.022,64
Materiais e serviços consumidos	1.784.419,74	2.623.620,64
Remunerações a liquidar	3.010.232,97	3.383.570,21
Impostos a liquidar	82.298,71	140.139,63
Outros acréscimos de gastos	17.372,11	36.692,16
Rendimentos e ganhos diferidos	2.359.250,59	1.966.188,74
Prestações de serviços	281.595,41	273.043,94
Outros rendimentos diferidos	2.077.655,18	1.693.144,80
<b>Outras contas a pagar correntes</b>	<b>9.238.739,77</b>	<b>10.381.213,02</b>

### 15. Rédito das vendas e dos serviços prestados

O detalhe do rédito das vendas e dos serviços prestados, realizado integralmente no mercado nacional, era o seguinte:

	30-junho-2015	30-junho-2014
Rédito dos serviços prestados	21.426.797,68	21.925.442,21
Transporte público de passageiros	21.355.309,21	21.844.343,21
Aluguer de autocarros	36.500,00	39.600,00
Aluguer de carros elétricos	34.988,47	41.499,00

### 16. Outros rendimentos e ganhos operacionais

O detalhe dos outros rendimentos e ganhos operacionais era o seguinte:

	30-junho-2015	30-junho-2014
Rendimentos suplementares	556.856,85	758.092,37
Subsídios à exploração		3.814.772,52
Regularização de existências	29.857,53	34.976,83
Indemnizações de sinistros recebidos	185.607,59	117.908,19
Outros subsídios	31.162,91	57.072,91
Ganhos com ativos fixos tangíveis e intangíveis	1.124,00	101.350,00
Benefícios e penalidades contratuais	112.024,55	113.483,65
Outros rendimentos operacionais	21.262,73	28.269,64
	937.896,16	5.025.926,11

### 17. Outros gastos e perdas operacionais

O detalhe dos outros gastos e perdas operacionais era o seguinte:

	30-junho-2015	30-junho-2014
Impostos e taxas	96.085,55	116.605,41
Regularização de existências	149,61	2.945,13
Indemnizações de sinistros de autocarros	140.298,93	103.812,16
Perdas com ativos fixos tangíveis e intangíveis	266,15	
Quotizações	23.327,50	8.104,50
Donativos	37.280,10	37.280,00
Multas e penalidades contratuais	857,21	670,95
Outros gastos operacionais	15.456,47	81,34
	313.721,52	269.499,49

## 18. Rendimentos e ganhos financeiros

O detalhe dos rendimentos e ganhos financeiros era o seguinte:

Juros e outros ganhos financeiras	30-junho-2015	30-junho-2014
Juros obtidos		103,68
Rendimentos e ganhos com propriedades investimento	132.925,96	124.633,14
Diferenças de câmbio favoráveis		55,54
Descontos de pronto pagamento obtidos	165,10	66,43
	133.091,06	124.858,79

Ajustamentos positivos e mais-valias de instrumentos financeiros	30-junho-2015	30-junho-2014
Ajustamentos positivos nos instrumentos financeiros	3.928.025,97	
	3.928.025,97	

## 19. Gastos e perdas financeiros

O detalhe dos gastos e perdas financeiros era o seguinte:

Juros e outros gastos e perdas financeiras	30-junho-2015	30-junho-2014
Juros suportados	6.915.226,99	10.000.978,05
Despesas e descontos com emissão financiamento	2.116,85	16.521,02
Outras despesas financeiras com o financiamento	102.297,87	730.695,36
Diferenças de câmbio desfavoráveis	2.893,03	869,89
Gastos e perdas em propriedades investimento	60.608,22	19.940,92
Outros gastos e perdas financeiras	6.367,54	8.348,56
	7.089.510,50	10.777.353,80

Ajustamentos negativos e menos-valias de instrumentos financeiros	30-junho-2015	30-junho-2014
Ajustamentos negativos nos instrumentos financeiros		16.533.725,50
		16.533.725,50

## 20. Locação

### 20.1 Locação Financeira

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o Grupo mantinha responsabilidades, como locatária, relativas a rendas de contratos de locação financeira, no montante de 11.596.284,17 euros e 13.969.910,27 euros, respetivamente (com IVA incluído quando este não é dedutível):

### 20.2 Locação Operacional

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o Grupo mantinha responsabilidades, como locatária, relativas a rendas de contratos de locação operacional, no montante de 822.070,26 euros e 1.635.337,37 euros, respetivamente (com IVA incluído quando este não é dedutível):

## 21. Outros instrumentos financeiros

Detalhe da rubrica outros instrumentos financeiros a 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014:

Em 30 junho 2015	Custo amortizado			Montante nominal		
	Total	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente
Obrigacionista 2007	99.988.165,16	13.485,30	99.974.679,86	100.000.000,00		100.000.000,00
Emp. obrig. não convertíveis	99.988.165,16	13.485,30	99.974.679,86	100.000.000,00		100.000.000,00
DGTF 1º 2014	301.665.247,67	25.519.186,34	276.146.061,33	301.250.248,72	25.104.187,39	276.146.061,33
DGTF 1º 2015	4.545.272,96	5.272,96	4.540.000,00	4.540.000,00		4.540.000,00
Emp. participantes no capital	306.210.520,63	25.524.459,30	280.686.061,33	305.790.248,72	25.104.187,39	280.686.061,33
	Justo valor					
	Total	Corrente	Não Corrente			
SWAP- BST OBR07	129.363.884,54	13.759.915,91	115.603.968,63			
Instrumentos derivados	129.363.884,54	13.759.915,91	115.603.968,63			
Outros instr. financeiros	535.562.570,33	39.297.860,51	496.264.709,82	405.790.248,72	25.104.187,39	380.686.061,33
Em 31 dezembro 2014	Custo amortizado			Montante nominal		
	Total	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente
Obrigacionista 2007	99.996.000,69	23.420,17	99.972.580,52	100.000.000,00		100.000.000,00
Emp. obrig. não convertíveis	99.996.000,69	23.420,17	99.972.580,52	100.000.000,00		100.000.000,00
DGTF 1º 2014	301.718.860,86	468.612,14	301.250.248,72	301.250.248,72		301.250.248,72
Emp. participantes no capital	301.718.860,86	468.612,14	301.250.248,72	301.250.248,72		301.250.248,72
	Justo valor					
	Total	Corrente	Não Corrente			
SWAP- BST OBR07	129.075.563,28	9.543.568,68	119.531.994,60			
Instrumentos derivados	129.075.563,28	9.543.568,68	119.531.994,60			
Outros Instrumentos financeiros	530.790.424,83	10.035.600,99	520.754.823,84	401.250.248,72		401.250.248,72

### 21.1. Financiamentos obtidos

#### Empréstimos Obrigacionistas

Em 30 de junho de 2015 o Grupo detinha um empréstimo por obrigações com as seguintes características:

Emissão de 2007: Empréstimo obrigacionista no montante de 100.000.000,00 euros com uma maturidade de 15 anos. A subscrição foi privada e direta. A taxa é variável, indexada à Euribor 6 meses e o cupão de juros é semestral. Existe *Call-Option* a partir do 5º ano, total ou parcial. Este empréstimo foi admitido à cotação em março de 2011. Em 30 de junho de 2015 a taxa do cupão é de 0,0549%

Este empréstimo usufrui da garantia pessoal do Estado Português.

Pelo contrato de Garantia, a Republica Portuguesa garante incondicional e irrevogavelmente o pagamento dos montantes correspondentes ao capital e juros exigíveis nos termos e condições do contrato.

Embora não seja referido especificamente neste empréstimo, a generalidade deste tipo de contratos prevê no seu clausulado um conjunto habitual de *covenants* para situações de } *default* , } *negative pledge* e } *pari passu* , consensualmente aceites pelas contrapartes.

Em 30 de junho de 2015, data do balanço, o Grupo não tinha situações de incumprimento relacionadas com o empréstimo contraído.

## Empréstimos concedidos pelo Acionista único: Estado Português

Na sequência da aplicação do disposto no n.º 3 do artigo 29.º do decreto-lei n.º 133/2013, de 03 de outubro, a STCP procedeu à denúncia integral dos contratos de empréstimo de operações de curto prazo, iniciando uma reestruturação financeira assente em operações de idêntico montante disponibilizadas pelo Acionista Único.

Ainda em 2014, ao abrigo do n.º 1 do artigo 118.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, e do Despacho n.º 2285/14-SET, de 11 de novembro, o Estado concedeu um empréstimo de médio e longo prazo no valor de 301.250.248,72 euros, e em 2015 ao abrigo do n.º 1 do artigo 120.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, e do Despacho n.º 629/15-SET, de 4 de maio, o Estado concedeu novo empréstimo de médio e longo prazo no valor de 4.540.000,00 euros.

Em 30 de junho de 2015, o Grupo detinha os dois empréstimos de mútuo com as seguintes características:

1. Mútuo no valor de 301.250.248,72 euros dividido em três tranches:
  - De 122.166.600,00 euros, concessão de 6 de outubro de 2014, a taxa fixa;
  - De 177.083.648,72 euros, concessão em 27 de novembro de 2014, a taxa fixa;
  - De 2.000.000,00 euros, concessão em 15 de dezembro de 2014, a taxa fixa.

Este empréstimo vence juros semestralmente e será reembolsado em doze prestações de capital, iguais e sucessivas, com início em maio de 2016 e termo em 30 de novembro de 2021.

2. Mútuo no valor de 4.540.000,00 euros dividido em três tranches:
  - De 1.875.000,00 euros, concedido em 21 de maio de 2015 a taxa fixa;
  - De 1.511.000,00 euros, concedido em 21 de maio de 2015 a taxa fixa;
  - De 1.154.000,00 euros, concedido em 15 de junho de 2015 a taxa fixa.

Este empréstimo vence juros semestralmente e será reembolsado em doze prestações de capital, iguais e sucessivas, com início em maio de 2017 e termo em 30 de novembro de 2022.

A 30 de junho de 2015 o Grupo não regista situações de incumprimento nestes empréstimos.

## 21.2. Instrumentos financeiros derivados

Em 30 de junho de 2015, o Grupo detém em carteira uma operação de cobertura do risco de taxa de juro que replica 25% do valor nominal do empréstimo obrigacionista emitido em 2007. Esta operação terá maturidade em 2022.

A operação referenciada foi objeto de uma ação judicial proposta pela Instituição de Crédito perante o Tribunal do Comércio Inglês, requerendo a apreciação da validade do contrato, tendo o Grupo contestado e pugnado a improcedência da ação. Com base nos fundamentos jurídicos de nulidade do contrato, o Grupo desvinculou-se do cumprimento de obrigações que dele decorra.

Na pendência do litígio, o Grupo informou a Instituição que suspendeu o pagamento do cupão devido no dia 5 de dezembro de 2013, bem como qualquer outro alegadamente devido ao abrigo do contrato da mesma operação. Do exposto, o justo valor do instrumento derivado inclui na parte catalogada como corrente, o montante de 13.101.317,00 euros relativo a juros vencidos e não pagos.

Em 30 de junho de 2015, o valor de mercado do instrumento derivado contratado ascendia ao montante negativo de 116.262.567,54 euros. A valorização de mercado deste instrumento derivado foi efetuada pela Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública ...IGCP, EPE, na ausência de informação da contraparte.

## 22. Gestão de riscos

O Grupo está exposto aos riscos de mercado: de taxa de juro, de crédito e de liquidez.

O Grupo não está diretamente exposto ao risco cambial.

### **22.1.Risco de taxa de juro**

No primeiro semestre de 2015, a exposição do Grupo ao risco de taxa de juro está presente na variabilidade da Euribor 6 meses da emissão obrigacionista de 2007.

Em 30 de junho de 2015, efetuada uma análise de sensibilidade a variações de + 1% na taxa do cupão, até à maturidade, verifica-se um aumento nos encargos em mais 6 milhões de euros.

### **22.2.Risco de liquidez**

A gestão do risco de liquidez é de importância muito relevante para o Grupo, atendendo ao facto de este não gerar excedente de tesouraria suficiente para se auto sustentar.

A política de gestão deste risco assenta na garantia de cumprimento atempado e cabal dos compromissos assumidos no decurso da atividade.

Com a finalidade de mitigar este risco, o Grupo:

1. Procede ao planeamento financeiro, prevendo num horizonte temporal alargado a sua tesouraria;
2. Reporta trimestralmente, com acompanhamento de execução mensal, ao Acionista as necessidades previsionais de financiamento, por forma a garantir fundos necessários à prossecução da sua atividade operacional, financeira e de investimento.

### **22.3 Risco de crédito**

A política de gestão do risco de crédito tem por objetivo garantir a cobrança do crédito concedido a terceiros no âmbito da sua atividade principal e atividades acessórias, a cuja exposição o Grupo está sujeito, pretendendo-se o cumprimento em conformidade com as condições acordadas.

Para mitigar o risco o Grupo analisa e acompanha a carteira de crédito, implementando procedimentos tendentes a minorar as situações de incumprimento.

O Conselho de Administração entende que, a 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, as perdas por imparidade registadas, resultantes de dívidas a receber, refletem a realidade do risco de incobrabilidade assumido pelo Grupo.

## **23. Responsabilidades por benefícios de reforma e invalidez**

O Grupo possui, desde 1 de maio de 1975, um plano de benefícios definido que prevê a atribuição de complementos de pensões de reforma e invalidez a todos os trabalhadores, conforme previsto nos acordos da empresa e legislação em vigor, calculado com base numa fórmula fixada, e pago desde que o somatório da pensão atribuída pela Segurança Social com o respetivo complemento não ultrapasse os 650 euros (valor em vigor desde 2007).

A lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro, no seu artigo 75º, veio consagrar novas regras a aplicar ao pagamento de complementos de pensões por parte das empresas do sector público empresarial que tenham apresentado resultados líquidos negativos nos três últimos exercícios, apurados a 1 de janeiro do corrente ano. Estas novas regras impõem que unicamente poderão continuar a ser pagos os complementos de reforma que somados às pensões auferidas pelo beneficiário (da Segurança Social ou da Caixa Geral de Aposentações ou de outro sistema de proteção social) sejam iguais ou inferiores a 600 euros, e apenas será admissível o pagamento de complementos de pensão em relação a situações já constituídas a 31 de Dezembro de 2013.

Por força do seu capital ser exclusivamente público, a STCP é considerada uma empresa pública do sector público empresarial, de acordo com o disposto nos artigos 2º, 5º e 9º do decreto-lei nº 133/2013, de 3 de outubro. Cumulativamente tem vindo a apresentar resultados líquidos negativos

nos últimos 3 anos. Assim, o regime previsto no art.º 75 da lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro, aplica-se à STCP.

Em 31 de dezembro de 2014 foi publicada a lei n.º 82-B/2014 que, no seu art.º 78º, mantém a redação do regime previsto no art.º 75º da lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro.

Pelos motivos expostos, à data de 30 junho de 2015 e à data de 31 de dezembro de 2014, o cálculo das responsabilidades assumidas pelo Grupo com o plano de benefícios definidos foi ajustado tendo por base as alterações impostas pela lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro e lei n.º 82-B/2014.

Em dezembro de 1998 o Grupo transferiu a sua responsabilidade para o Fundo de Pensões BPI - Aberto procedendo, com a assinatura do contrato de adesão, a uma dotação inicial de 3.042.667 euros, correspondente a 304.158,66 unidades de participação.

A 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, de acordo com o estudo atuarial levado a efeito pelo BPI PENSÕES, o valor presente das obrigações assumidas com responsabilidades por complementos de pensões de reforma e invalidez era o seguinte:

	30-junho-2015	31-dezembro-2014
Custo com serviços passados de reformados	1.732.380,00	1.887.064,00
	1.732.380,00	1.887.064,00

O valor dos ativos no fundo era, a 30 de junho de 2015, de 1.318.005,00 euros (o que representa um nível de financiamento de 76%), comparativamente com 1.423.032 euros (o que representa um nível de financiamento de 75%), em 31 de dezembro de 2014.

#### 24. Provisões

Foram constituídas as seguintes provisões:

- Processos judiciais em curso: de acordo com os encargos que o Grupo poderá vir a suportar por processos pendentes no final de cada exercício em Tribunal e correspondendo ao valor previsível global.
- Acidentes de trabalho e doenças profissionais: de acordo com os encargos que o Grupo deverá vir a suportar no futuro pelas pensões vigentes em 30 de junho de 2015. Até fevereiro de 1998, o Grupo foi auto-segurador relativamente a estes acidentes, existindo no entanto um seguro parcial para grandes riscos. A partir de 1 de março de 1998, o Grupo transferiu para uma seguradora a responsabilidade decorrente de acidentes de trabalho, com franquia de 30 dias. A partir de 1 de março de 2009, a responsabilidade decorrente de acidentes de trabalho deixou de contemplar franquia.
- Outros riscos e encargos: de acordo com os encargos que o Grupo poderá vir a suportar por processos de sinistros ocorridos, da sua responsabilidade, pendentes em 30 de junho de 2015, bem como por encargos decorrentes de outros riscos existentes nessa mesma data (nomeadamente para fazer face aos compromissos assumidos com prejuízos em associadas).

O movimento nas provisões, no primeiro semestre de 2015, foi o seguinte:

Rubricas	Saldo 01.01.15	Aumentos	Diminuições	Saldo 30.06.2015
Processos judiciais em curso	6.227.925,31	21.439,04		6.249.364,35
Acidentes de trabalho e doenças profissionais.	463.556,03			463.556,03
Outros riscos e encargos	3.642.309,04	115.937,73	158.123,00	3.600.123,77
	10.333.790,38	137.376,77	158.123,00	10.313.044,15

#### 25. Ativos e Passivos contingentes

O Grupo tem pendente contra si dois processos judiciais cujos valores são materialmente relevantes, mas não provisionados:

- Processo judicial em que é autor o Município do Porto, proposto também contra o Estado Português, no qual é reivindicado parte do património imobiliário do Grupo.
- Processo judicial, instaurado pela ANTROP, contra o Estado Português, sendo contra interessadas a STCP, S.A. e a CARRIS, no qual se pede a anulação da decisão do Conselho de Ministros nº 52/2003, de 27 de março, que atribuiu àqueles operadores, no ano de 2003, as Indemnizações Compensatórias.

Trata-se, nestes dois casos, de processos cuja responsabilidade é do Estado Português, respetivamente na sua qualidade de acionista e de responsável pela compensação do serviço público. O facto de o Grupo não ter efetuado o provisionamento de quaisquer valores no que respeita aos processos judiciais referidos decorre do seu entendimento sobre a responsabilidade última das matérias em litígio:

- No processo intentado pelo Município do Porto contra a STCP e o Estado Português acerca da propriedade dos terrenos e outros ativos imobiliários integrados no património da empresa, aquando da sua transformação em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos em 1994, por transformação do então ainda designado Serviço de Transportes Coletivos do Porto, tem a empresa a convicção que o desfecho deste processo judicial será a confirmação de que os ativos em causa lhe pertencem e que, em diferente resultado, é ao Estado e não à empresa que incumbe a solução prevista também na petição inicial: eventual pagamento de uma indemnização ao Município equivalente ao valor que for atribuído ao (s) imóvel (imóveis) que eventualmente a sentença final viesse a decidir pertencer (em) a este último. Esta ação encontra-se atualmente suspensa a requerimento das Partes, uma vez que se está a ultimar um acordo para findar o processo judicial.
- No processo movido pela ANTROP contra o Estado Português e contra a STCP e Carris sobre a atribuição, em 2003, dos montantes das Indemnizações Compensatórias às duas empresas, o Estado já dispõe dos dados necessários para comprovar que a verba atribuída à STCP (única que nos compete saber) não foi sequer suficiente para cobrir os custos a mais suportados com o serviço de natureza social que lhe é imposto, realizado nesse ano. O montante que pudesse eventualmente ser objeto de devolução ao Estado Português deveria ser atribuído à STCP e poderia sê-lo nomeadamente como aumento de capital, na sua qualidade de acionista único.

Do acima exposto, podemos concluir que estes passivos são contingentes porque a possibilidade de ocorrência de qualquer reembolso futuro é inferior a 50% bem como não é possível estimar o montante dos reembolsos futuros nem o seu prazo de ocorrência. Desta forma não é possível calcular uma estimativa do seu efeito financeiro.

## **26. Capital nominal**

No início de 2015, o capital social do Grupo, detido a 100% pelo Estado Português, no valor de 79.649.000 euros, encontrava-se totalmente realizado, sendo representado por 15.929.800 ações em forma meramente escritural com o valor nominal de 5 euros.

Em 15 de junho, por deliberação unânime por escrito, foi decidido aumentar o capital social em 5.856.125 euros, através da emissão de 1.171.225 novas ações, no valor de 5 euros cada, a subscrever pelo acionista Estado Português. Em 23 de junho de 2015, foi realizado este aumento de capital social, procedendo-se ao seu registo em 2 de julho de 2015.

## **27. Partes relacionadas**

As participadas do Grupo têm relações entre si que se qualificam como transações com partes relacionadas, as quais foram efetuadas a preços de mercado.

Nos procedimentos de consolidação as transações entre empresas incluídas na consolidação pelo método de integração global são eliminadas, uma vez que as demonstrações financeiras consolidadas

apresentam informação da detentora e das suas subsidiárias como se de uma única empresa se tratasse.

As transações com entidades relacionadas e não consolidadas, ou consolidadas pelo método de equivalência patrimonial, tinham o seguinte detalhe:

Entidades relacionadas	30-junho-2015		31-dezembro-2014	
	Custos operacionais	Proveitos operacionais	Custos operacionais	Proveitos operacionais
Metro, S.A.	29.331,53	110.705,35	54.052,64	224.094,10
TIP,ACE	386.512,62	15.513.297,77	941.405,47	34.810.957,79
OPT	37.990,16		75.980,32	
	453.834,31	15.624.003,12	1.071.438,43	35.035.051,89

## 28. Resultados por ação

Os resultados por ação foram calculados da seguinte forma:

	30-junho-2015	30-junho-2014
Resultados líquidos do exercício	-7.982.949,06	-30.826.827,28
Nº médio ponderado de ações	15.975.348	15.929.800
<b>Resultado por ação</b>	<b>-0,50</b>	<b>-1,94</b>

## 29. Capital próprio negativo

No semestre findo em 30 de junho de 2015, o Grupo obteve um resultado negativo de 7.982.949,06 euros, verificando-se que, nessa data, o seu passivo total excede o seu ativo total em 480.091.106,30 euros.

Apesar de o Grupo apresentar continuamente resultados negativos, é seu entendimento que, por desenvolver um serviço de interesse geral, com uma quota relevante de serviço social, desempenha um papel vital na mobilidade da Área Metropolitana do Porto, garantido dessa forma o empenhamento do Acionista para a manutenção da atividade da empresa.

## 30. Aprovação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras consolidadas do primeiro semestre de 2015 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de agosto de 2015.

Porto, 28 de agosto de 2015

O Técnico Oficial de Contas nº 6622

O Conselho de Administração

### 3 Declaração de Conformidade

#### **Declaração emitida nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do nº 1 do Art.º 246º do Código dos Valores Mobiliários**

Nos termos do disposto na alínea c) do nº 1 do Artigo 246º do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho de Administração da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A., declaram que, quanto é do seu conhecimento:

- a) As demonstrações financeiras consolidadas semestrais foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da sociedade e das sociedades incluídas no seu perímetro da consolidação; e
- b) O relatório de gestão intercalar contém uma indicação fiel dos acontecimentos importantes que ocorreram no primeiro semestre de 2015 e o impacto dos mesmos nas respetivas demonstrações financeiras, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas para os seis meses seguintes.

Porto, 28 de agosto de 2015

**O Conselho de Administração**